

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 256PE-058-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 - 6º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos administradores e acionistas da

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ausência de evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à rubrica títulos e valores mobiliários

Conforme Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha cotas de fundos de investimentos classificados como títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 19.354 mil. Não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação à esse investimento, já que para parte substancial de determinadas rubricas constantes das demonstrações contábeis desses fundos, não foram disponibilizadas as documentações e evidências relevantes e necessários para suportar os referido saldos, tais como: inexistência de estimativas (e dos respectivos registros de eventuais impactos) quanto à vida útil do ativo imobilizado e intangível; ausência de evidências sobre a metodologia utilizada na determinação e estimativa das provisões relacionadas à aspectos trabalhistas e de provisões a pagar à fornecedores; falta de contratos relativos a pagamento com base em ações; e existência de divergência entre o saldo contábil e o montante constante em laudo de avaliação a valor justo dos investimentos indiretos mantidos pelos fundos.

Dessa forma, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, determinar os eventuais ajustes e itens de divulgação (se algum) sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em virtude das citadas limitações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Transações com Fundos de Investimento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém transações com Fundos de Investimento (Fundos) nos quais faz a gestão, em montantes significativos e com condições específicas definidas contratualmente entre as partes. Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por nós, cujo relatório, emitido em 20 de maio de 2025, continha ressalva quanto ao mesmo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	421.730	1.280.605	449.683	1.465.474
Impostos e contribuições a recuperar	5	183.054	206.413	209.576	221.512
Adiantamentos a terceiros	-	21.206	587	23.206	2.587
Partes relacionadas	6	-	-	288.771	288.646
Outros ativos	7	30.148	5.713	30.148	13.974
Total do ativo circulante		656.138	1.493.318	1.001.384	1.992.193
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8	19.354.126	13.739.880	19.367.683	14.154.825
Partes relacionadas	6	4.720.246	2.059.954	4.330.396	2.001.549
Investimentos	9	191.524	341.560	136.382	95.584
Imobilizado	10	38.379	49.176	38.379	49.176
Total do ativo não circulante		24.304.275	16.190.570	23.872.840	16.301.134
Total do ativo		24.960.413	17.683.888	24.874.224	18.293.327

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	-	68.290	5.202	68.290	5.202
Empréstimos	11	-	212.187	41.583	397.539
Obrigações sociais e trabalhistas	12	127.996	153.214	133.079	156.382
Obrigações fiscais e tributárias	13	160.036	322.982	276.392	504.151
Total do passivo circulante		356.322	693.585	519.344	1.063.274
Passivo não circulante					
Empréstimos	11	-	44.788	-	105.500
Obrigações fiscais e tributárias	13	228.489	283.674	379.300	462.886
Provisão para perdas com investimento	9	401.891	1.662	-	-
Outros passivos	14	3.435.225	6.486.944	3.435.225	6.486.944
Total do passivo não circulante		4.065.605	6.817.068	3.814.525	7.055.330
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito	15 a)	22.994.176	16.736.256	22.994.176	16.736.256
(-) Capital a integralizar	15 a)	(4.164)	(748.433)	(4.164)	(748.433)
Reserva de capital	15 f)	2.471.634	-	2.471.634	-
Ações em tesouraria	15 c)	-	(162.010)	-	(162.010)
Stock options	15 b)	1.636.487	1.636.487	1.636.487	1.636.487
Prejuízos acumulados	-	(6.559.647)	(7.289.065)	(6.559.647)	(7.289.065)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		20.538.486	10.173.235	20.538.486	10.173.235
Participação dos não controladores	-	-	-	1.869	1.488
Total do patrimônio líquido		20.538.486	10.173.235	20.540.355	10.174.723
Total do passivo e patrimônio líquido					
		24.960.413	17.683.888	24.874.224	18.293.327

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	49.195	780.812	371.448	780.308
Custo dos serviços prestados	17	(1.722.101)	(1.045.707)	(1.769.544)	(1.092.933)
Prejuízo bruto		(1.672.906)	(264.895)	(1.398.096)	(312.625)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(2.478.316)	(1.573.732)	(2.514.714)	(1.626.389)
Despesas tributárias	-	(103.060)	(46.896)	(120.546)	(60.969)
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	9	(588.488)	(375.596)	-	-
Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários	20	5.403.858	1.112.740	5.105.040	685.873
Outras receitas (despesas) operacionais	19	1.325.128	2.250.689	988.786	2.500.824
		3.559.122	1.367.205	3.458.566	1.499.339
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.886.216	1.102.310	2.060.470	1.186.714
Resultado financeiro líquido	21	(1.156.798)	(580.069)	(1.301.697)	(669.450)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		729.418	522.241	758.773	517.264
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	(337.125)	(31.099)	(337.125)
Lucro líquido do exercício		729.418	185.116	727.674	180.139
Ações		977.364	690.141	977.364	690.141
Lucro por ação - em R\$		0,75	0,27	0,74	0,26
Lucro atribuído aos controladores	-	-	-	729.418	185.116
Prejuízo atribuído aos não controladores	-	-	-	(1.744)	(4.977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	729.418	185.116	727.674	180.139
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	729.418	185.116	727.674	180.139
Lucro atribuído aos controladores	-	-	729.418	185.116
Prejuízo atribuído aos não controladores	-	-	(1.744)	(4.977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Valores expressos em reais]

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Stock options	Prejuízos acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		16.591.754	(748.433)	-	(162.010)	1.636.487	(7.474.181)	9.843.617	6.467	9.850.084
Aumento de capital	15 a)	144.502	-	-	-	-	-	144.502	-	144.502
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	185.116	185.116	(4.977)	180.139
Ajustes reflexos em controladas	15 e)	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		16.736.256	(748.433)	-	(162.010)	1.636.487	(7.289.065)	10.173.235	1.488	10.174.723
Aumento de capital	15 a)	6.257.920	744.269	-	-	-	-	7.002.189	-	7.002.189
Baixa de ações em tesouraria	15 c)	-	-	-	162.010	-	-	162.010	-	162.010
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	729.418	729.418	(1.744)	727.674
Reserva de capital	15 f)	-	-	2.471.634	-	-	-	2.471.634	-	2.471.634
Ajustes reflexos em controladas	15 e)	-	-	-	-	-	-	-	2.125	2.125
Saldos em 31 de dezembro de 2024		22.994.176	(4.164)	2.471.634	-	1.636.487	(6.559.647)	20.538.486	1.869	20.540.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	-	729.418	185.116	727.674	180.139
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades (aplicada nas) geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	10	15.452	17.761	15.452	17.761
Ganho de capital na venda de investimentos	9	(699.570)	-	(699.570)	-
Valorização de títulos e valores mobiliários, líquido	8	(5.403.858)	(1.149.968)	(5.105.040)	(1.022.172)
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	9	588.488	375.596	-	-
Ajustes reflexos em controladas	16 e)	-	-	2.125	(2)
Provisão de ajuste ao valor recuperável	8	-	-	102.570	-
Juros de empréstimos	11	28.214	99.549	57.146	125.940
Mudanças nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	-	-	126.250	-	126.250
Impostos e contribuições a recuperar	5	23.359	(36.208)	11.936	(9.279)
Adiantamentos a terceiros	-	(20.619)	5.993	(20.619)	5.993
Outros ativos	7	(24.435)	6.232	(16.174)	28.339
Fornecedores	-	116.064	(6.502)	116.064	(6.500)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	(25.218)	(14.982)	(23.303)	(16.177)
Obrigações fiscais e tributárias	13	(134.782)	(244.845)	(117.128)	(1.859.960)
Outros passivos	14	(3.051.719)	3.486.037	(3.051.719)	3.486.037
Juros pagos	11	(97.513)	(3.344)	(126.784)	(62.822)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(7.956.719)	2.846.685	(8.127.370)	993.547
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de cotas de títulos e valores mobiliários	8	(3.010.303)	(19.215)	(3.010.303)	(357.779)
Venda de investimentos	9	700.826	-	700.826	-
Integralização de capital em investimentos	9	(39.479)	(25.749)	(42.054)	(29.106)
Cessão e transferência de cotas de títulos e valores mobiliários	8	184.404	290.667	184.404	589.738
Amortização de cotas de títulos e valores mobiliários	8	2.615.511	-	2.615.511	5.503
Aquisição de imobilizado	10	(4.655)	-	(4.655)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		446.304	245.703	443.729	208.356
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas	6	(2.660.292)	(2.012.000)	(2.328.972)	(1.363.786)
Parcelamentos tributários	13	(83.349)	(307.637)	(194.217)	1.128.900
Amortização de empréstimos	11	(187.676)	(465.624)	(391.818)	(646.367)
Integralização de capital	15 a)	7.111.223	144.502	7.111.223	144.502
Reserva de capital	15 f)	2.471.634	-	2.471.634	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		6.651.540	(2.640.759)	6.667.850	(736.751)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
		(858.875)	451.629	(1.015.791)	465.152
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	1.280.605	828.976	1.465.474	1.000.322
No final do exercício	4	421.730	1.280.605	449.683	1.465.474
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
		(858.875)	451.629	(1.015.791)	465.152

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (Companhia) é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16 de maio de 2005, tendo como objetivo e atividade econômica a administração e gestão de fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia tem sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, no 3144, 3o andar, bairro Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01.451-000.

A natureza das atividades de administração e gestão de fundos de investimentos é de longa maturação. A Companhia faz a gestão de recursos de terceiros (*family offices, corporate ventures, fund of funds*, bancos, agências de fomento e investidores profissionais), além de seu próprio, em fundos que tem duração entre oito e doze anos com o objetivo de investir em companhias de grande potencial de crescimento do setor de tecnologia.

Para a consecução dos objetivos foram desenvolvidos e são aplicados: **(i)** metodologia de avaliação para selecionar as companhias alvo com maior potencial de crescimento de seus ativos, **(ii)** políticas de governança e *compliance* de forma a garantir os interesses dos investidores e altos padrões de qualidade de gestão nas companhias alvo, e **(iii)** metodologia de acompanhamento ativo das companhias alvo, visando ajudar no processo de crescimento destas.

Dentro do portfólio busca-se a performance das companhias investidas. Com a maturação e venda desses ativos, busca-se o retorno para o capital investido nos fundos, finalizando o ciclo de negócio da companhia com o potencial recebimento da taxa de performance nos fundos geridos.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, apresentou prejuízos acumulados no montante de R\$ 6.559.647, endividamento tributário de R\$ 388.525 (R\$ 655.692 no consolidado), endividamento com empréstimos de (R\$ 41.583 no consolidado) e resultado bruto negativo nas operações.

A administração vem adotando medidas estruturais e estratégicas com o objetivo de reverter o cenário de prejuízos acumulados e resultado negativo nas operações, de forma a restabelecer a sustentabilidade financeira do negócio. Entre essas medidas, destacam-se: **(i)** a ampliação e diversificação da base de investidores e parceiros estratégicos, com ênfase em iniciativas de captação para novos fundos, inclusive junto a investidores internacionais, **(ii)** o foco na aceleração do ciclo de maturação dos fundos existentes, com a busca ativa por liquidez dos ativos investidos, o que possibilitará o recebimento de taxas de performance relevantes, **(iii)** a otimização das suas operações visando maior eficiência e potencial redução de custos, e **(iv)** a consolidação da reputação da Companhia como gestora especializada em investimentos de longo prazo no setor de tecnologia, o que contribui para a continuidade de novos mandatos de gestão e administração.

Um dos principais focos da Companhia, no momento, é o processo de captação para o lançamento do Fundo IV, atualmente em estágio avançado. Essa iniciativa constitui um dos pilares da estratégia de recomposição das fontes de receita da Companhia, que vêm sendo impactadas nos últimos anos pelo ciclo natural da gestão de fundos de investimento – especialmente pela redução progressiva e esperada das receitas durante a fase de desinvestimento. A expectativa é de que o Fundo IV contribua de forma significativa para o reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia ao longo dos próximos exercícios sociais.

A administração acredita que, com a execução desse plano e a maturação das receitas esperadas, será possível reverter os prejuízos acumulados e restabelecer a rentabilidade da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas exerceram, em 2024, as atividades de gestão ou administração fiduciária dos fundos: Fundo de Investimento em Participações Avanti (“Fundo Avanti”), do Confrapar GP Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP I”), Confrapar K I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K I”), Confrapar K II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K II”), Confrapar K III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K III”), Confrapar K V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (“FIP K V”), Spectra Blackbird Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de Responsabilidade Limitada (“FIP Blackbird”) e Nascenti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação (“FIP Nascenti”).

1.1. Fundo Avanti

O Fundo Avanti é um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, conforme admitido na Instrução CVM 578 e demais regulamentações aplicáveis.

1.2. FIP GP I

O FIP GP I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.3. FIP K I

O FIP K I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.4. FIP K II

O FIP K II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.5. FIP K III

O FIP K III é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.6. FIP K V

O FIP K IV foi um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.7. FIP Blackbird

O FIP Blackbird foi um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.8. FIP Nascenti

O FIP Nascenti é um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, conforme admitido na Instrução CVM 578 e demais regulamentações aplicáveis.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data base do balanço é assim resumida:

Investida	% de participação	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas		
SPE Nascenti S.A.	99,42%	99,42%
SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.	97,99%	97,99%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados:

- i) Eliminação dos investimentos em companhias controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais;
- ii) Os lucros provenientes de operações realizadas entre as companhias consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados;
- iii) Os investimentos são representados por participação em companhias controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência do percentual de participação da controladora nas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada; e
- iv) A Companhia determina anualmente se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 28 de maio de 2026.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia e suas controladas desconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na realização das obrigações de curto prazo.

iii) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido na Instrução nº 438/06 da CVM, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação da Administradora, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

1) Títulos para negociação

Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e/ou as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

2) Títulos mantidos até o vencimento

Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- Que o Fundo seja destinado, exclusivamente, a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, estes últimos definidos como tais pela regulamentação editada pela CVM relativa aos Fundos de investimento; e
- Que todos os cotistas declarem, formalmente, por meio de um termo de adesão ao Regulamento do Fundo, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo como mantidos até o vencimento.

Cotas de Fundos

As cotas de Fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos Fundos de investimento e estão classificadas na categoria de “Títulos para negociação”. A valorização e/ou a desvalorização, das cotas de Fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários” na demonstração do resultado do exercício.

iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o custo do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

v) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

vi) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar.

b) Contas a receber de clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas, e ajustados a valor presente, quando necessário, conforme legislação aplicável.

c) Investimentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas na Nota Explicativa nº 2.1.

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da controladora.

A participação societária nas controladas e coligada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo essa a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

f) Tributação sobre a renda

A Companhia e suas controladas são optantes pelo lucro real como regime de tributação. O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente: 15% (quinze por cento), acrescido de 10% (dez por cento) sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9% (nove por cento).

g) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia e suas controladas avaliaram o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes, receita de venda e credores diversos, e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação por parte do cliente, e dos valores a pagar às Companhias, os valores foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

i) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação.

O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia e suas controladas tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia e suas controladas se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. Novas normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de adiar;
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Companhia de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em ****IFRS 10**** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

- i)** Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir;
- ii)** Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A Companhia avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a Companhia conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da Companhia de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a Companhia deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da Companhia ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a Companhia estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A Companhia pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i) apresentar categorias específicas e subtóais definidos na demonstração do resultado;
- ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	1	554	3	110.526
Aplicações financeiras (*)	421.729	1.280.051	449.680	1.354.948
Total	421.730	1.280.605	449.683	1.465.474

(*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2024 e 2023 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento é 100% a.a., a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e possuem liquidez imediata.

5. Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre serviços a recuperar	97.172	50.468	97.171	50.468
CSLL a recuperar	-	27.827	7.503	29.450
ISS a recuperar	-	-	1.693	1.693
INSS a recuperar	-	-	11.987	7.343
IRRF de aplicações financeiras	57.771	101.072	58.949	102.234
Outros impostos a recuperar	28.111	27.046	32.273	30.324
Total	183.054	206.413	209.576	221.512

6. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a Companhia e suas controladas efetuaram com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão sumarizados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:				
SPE Confrapar (a)	4.369.794	1.963.502	-	-
SPE Nascenti (b)	350.452	96.452	-	-
Rodrigo Esteves (c)	-	-	134	277
Rodrigo Esteves (d)	-	-	222.469	61.214
Thiago Domenici (c)	-	-	212	133
Thiago Domenici (d)	-	-	1.553.043	789.947
Carlos Eduardo Guillaume (c)	-	-	219	132
Carlos Eduardo Guillaume (d)	-	-	1.602.480	813.581
Alex Alves (c)	-	-	-	14
Luísa Pinto Coelho (c)	-	-	287	40
Luísa Pinto Coelho (d)	-	-	681.096	336.807
Rodrigo Bem Toledo (c)	-	-	3	133
Rodrigo Bem Toledo (d)	-	-	9.578	-
Camila Carvalho (c)	-	-	46	-
Camila Carvalho (d)	-	-	55.729	-
Carlos Moreno (c)	-	-	-	220
Carlos Moreno (e)	-	-	69.580	69.580
Yago Moreira (c)	-	-	172	-
Yago Moreira (d)	-	-	206.002	-
Yago Moreira (e)	-	-	176.078	176.078
Lais Rios Sampaio (e)	-	-	42.039	42.039
Total	4.720.246	2.059.954	4.619.167	2.290.195
Circulante	-	-	288.771	288.646
Não circulante	4.720.246	2.059.954	4.330.396	2.001.549

(a) O saldo a receber com a SPE Confrapar decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuo entre as partes relacionadas, celebrados em **(i)** 02 de janeiro de 2023 e **(ii)** 02 de janeiro de 2024, sem juros e sem incidência de IOF, não quitados até 31 de dezembro de 2024;

(b) O saldo a receber com a SPE Nascenti decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo entre as partes relacionadas, celebrado em 02 de janeiro de 2024;

- (c) Os saldos a receber com os acionistas decorrem da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2024;
- (d) Os saldos a receber com os acionistas decorrem de mútuos celebrados em 02 de janeiro de 2023 e em 02 de janeiro de 2024 entre as partes, sem juros e sem incidência de IOF, não quitados até 31 de dezembro de 2024; e
- (e) Os saldos a receber decorrem de antecipação de dividendos no ano de 2023.

A movimentação de operações com partes relacionadas em cada exercício foi a seguinte:

Ativo

Controladora	SPE Conrapar	SPE Nascenti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	127.502	-	127.502
Adições	1.841.000	96.452	1.937.452
Baixas	(5.000)	-	(5.000)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	1.963.502	96.452	2.059.954
Adições	2.408.292	254.000	2.662.292
Baixas	(2.000)	-	(2.000)
Saldo de 31 de dezembro de 2024	4.369.794	350.452	4.720.246

	Rodrigo Esteves	Thiago Domenici	Carlos Eduardo Guillaume	Yago Moreira	Luísa Pinto Coelho	Outros	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	61.490	366.472	371.311	-	126.768	368	926.409
Adições	-	423.608	442.402	176.078	210.079	111.619	1.363.786
Saldo de 31 de dezembro de 2023	61.490	790.080	813.713	176.078	336.847	111.987	2.290.195
Adições	161.255	763.174	788.986	206.174	344.537	65.354	2.329.480
Baixas	(142)	-	-	-	-	(366)	(508)
Saldo de 31 de dezembro de 2024	222.603	1.553.254	1.602.699	382.252	681.384	176.975	4.619.167

6.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a remuneração paga a título de pró-labore a administradores e dirigentes da Companhia (controladora) foi de R\$ 33.887 (R\$ 31.680 em 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a remuneração paga a título de pró-labore a administradores e dirigentes da Companhia e suas controladas (consolidado) foi de R\$ 73.423 (R\$ 47.520 em 2023).

7. Outros ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	28.148	5.713	28.148	13.974
Outros	2.000	-	2.000	-
Total	30.148	5.713	30.148	13.974

8. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Aerotec (a)	3.584.084	5.684.525	3.584.084	5.684.525
Fundo GP I (b)	5.571.026	4.612.341	5.571.026	4.612.341
Fundo Avanti (c)	2.995.463	3.443.014	2.995.463	3.443.014
Fundo Spectra BLACKBIRD (d)	3.558.624	-	3.558.624	-
Fundo Spectra BOLT (e)	3.644.929	-	3.644.929	-
Fundo Nascenti (f)	-	-	13.557	414.945
Total	19.354.126	13.739.880	19.367.683	14.154.825

As movimentações estão apresentadas a seguir:

Controladora	Fundo Aerotec	Fundo GP I	Fundo Avanti	Fundo Spectra BLACKBIRD	Fundo Spectra BOLT	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	5.106.965	4.447.407	3.306.992	-	-	12.861.364
Aquisição de cotas	19.215	-	-	-	-	19.215
Baixa por desvalorização das cotas	(728.193)	(3.342.311)	(82.289)	-	-	(4.152.793)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.286.538	3.797.912	218.311	-	-	5.302.761
Cessão de cotas dos fundos	-	(338.367)	-	-	-	(338.367)
Ganho de capital	-	47.700	-	-	-	47.700
Saldo de 31 de dezembro de 2023	5.684.525	4.612.341	3.443.014	-	-	13.739.880
Aquisição de cotas	18.300	475.000	-	1.569.221	947.782	3.010.303
Baixa por desvalorização das cotas	(454.061)	(1.121.212)	(439.236)	(216.428)	(122.468)	(2.353.405)
Rentabilidade e valorização das cotas	478.384	2.150.210	103.223	2.205.831	2.819.615	7.757.263
Cessão de cotas dos fundos	-	(399.359)	-	-	-	(399.359)
Amortização de cotas	(2.143.064)	(360.909)	(111.538)	-	-	(2.615.511)
Ganho de capital	-	214.955	-	-	-	214.955
Saldo de 31 de dezembro de 2024	3.584.084	5.571.026	2.995.463	3.558.624	3.644.929	19.354.126

Consolidado	Fundo Aerotec	Fundo GP I	Fundo Avanti	Spectra BLACKBIRD	Spectra BOLT	Fundo Nascenti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	5.106.965	4.447.407	3.306.992	-	-	503.248	13.364.612
Aquisição de cotas	19.215	-	-	-	-	338.564	357.779
Baixa por desvalorização das cotas	(728.193)	(3.342.311)	(82.289)	-	-	(426.867)	(4.579.660)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.286.538	4.096.983	218.311	-	-	-	5.601.832
Cessão de cotas dos fundos	-	(637.438)	-	-	-	-	(637.438)
Ganho de capital	-	47.700	-	-	-	-	47.700
Saldo de 31 de dezembro de 2023	5.684.525	4.612.341	3.443.014	-	-	414.945	14.154.825
Aquisição de cotas	18.300	475.000	-	1.569.221	947.782	-	3.010.303
Baixa por desvalorização das cotas	(454.061)	(1.121.212)	(439.236)	(216.428)	(122.468)	(298.818)	(2.652.223)
Rentabilidade e valorização das cotas	478.384	2.150.210	103.223	2.205.831	2.819.615	-	7.757.263
Cessão de cotas dos fundos	-	(399.359)	-	-	-	-	(399.359)
Amortização de cotas	(2.143.064)	(360.909)	(111.538)	-	-	-	(2.615.511)
Ganho de capital	-	214.955	-	-	-	-	214.955
Ajuste ao valor recuperável do ativo	-	-	-	-	-	(102.570)	(102.570)
Saldo de 31 de dezembro de 2024	3.584.084	5.571.026	2.995.463	3.558.624	3.644.929	13.557	19.367.683

As datas dos laudos do valor justo dos fundos, preparados por terceiros, no caso dos Fundo Avanti e Fundo Aerotec, e pelos Gestores da própria Companhia, no caso dos demais fundos, foram as seguintes:

a) Fundo Aerotec: não foi elaborado laudo de valor justo para o ativo, uma vez que a proposta referente a venda do mesmo enviada em setembro de 2023 já havia sido aceita e estava em curso a disputa acerca do direito de preferência, instaurada em abril de 2024;

b) FIP GP I: laudo do Fundo Avanti com data-base 31 de maio de 2024 e laudo dos demais ativos de 30 de outubro de 2024. No caso do Fundo Aerotec, ativo do FIP GP I, não foi elaborado laudo de valor justo, conforme justificado na letra “a” acima;

c) Fundo Avanti: laudo de valor justo com data-base 31 de maio de 2024;

d) Fundo Spectra Blackbird: o valor justo do ativo, em 28 de fevereiro de 2025, foi determinado pelo custo de transação da compra, observada a proximidade entre as transações e o encerramento do exercício social do Fundo;

e) Fundo Spectra Bolt: o valor justo do ativo, em 28 de fevereiro de 2025, foi determinado pelo custo de transação da compra, observada a proximidade entre as transações e o encerramento do exercício social do Fundo;

f) Fundo Nascenti: laudo de valor justo com data-base 30 de outubro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha participação no Fundo Nascenti avaliada em R\$ 116.1271. No decorrer do exercício de 2025, o Fundo Nascenti enfrentou eventos de desvalorização severa em sua carteira, destacando-se a baixa contábil integral (write-off) da investida Intcom, devido à deterioração de seus fundamentos e equity value negativo. Adicionalmente, o Fundo realizou o desinvestimento total da Easy Food Pagamentos S.A. (Nutrebem). Em decorrência desses eventos, a Administração da Companhia efetuou a provisão para redução ao valor recuperável do Fundo Nascenti.

As datas bases das últimas demonstrações contábeis auditadas dos fundos são as seguintes:

Fundo	Data-base da auditoria	Auditado por:
Fundo Aerotec	31/12/2024	RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
FIP GP I	31/12/2024	Moore Consulting News Auditores Independentes
Fundo Avanti	31/07/2024	Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
Fundo Nascenti	31/12/2024	Moore Consulting News Consultores e Auditores
Fundo Blackbird	28/02/2025	KPMG Auditores Independentes Ltda.
Fundo Bolt	28/02/2025	KPMG Auditores Independentes Ltda.

9. Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Participações no Grupo Confrapar				
SPE Nascenti	-	260.899	-	-
SPE Confrapar	72.640	-	-	-
Via 6	-	1.256	-	1.256
Total	72.640	262.155	-	1.256
Outros investimentos				
Banco Sicoob	118.884	79.405	136.382	94.328
Total	118.884	79.405	136.382	94.328
Total ativo	191.524	341.560	136.382	95.584
Passivo				
SPE Nascenti	(401.891)	(1.662)	-	-
Total passivo	(401.891)	(1.662)	-	-
Total	(210.367)	339.898	136.382	95.584

A movimentação dos investimentos em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	SPE Nascenti	SPE Confrapar	Sicoob	Invest. Via 6	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	472.167	162.666	53.656	1.256	689.745
Resultado de equivalência patrimonial	(211.268)	(164.328)	-	-	(375.596)
Integralização de capital	-	-	25.749	-	25.749
Saldo de 31 de dezembro de 2023	260.899	(1.662)	79.405	1.256	339.898
Resultado de equivalência patrimonial	(662.790)	74.302	-	-	(588.488)
Venda de investimentos	-	-	-	(1.256)	(1.256)
Integralização de capital	-	-	39.479	-	39.479
Saldo de 31 de dezembro de 2024	(401.891)	72.640	118.884	-	(210.367)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Sicoob	Via 6	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	70.725	1.256	71.981
Rendimento Cota	29.106	-	29.106
Resgate	(5.503)	-	(5.503)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	94.328	1.256	95.584
Rendimento Cota	42.054	-	42.054
Venda de investimentos	-	(1.256)	(1.256)
Saldo de 31 de dezembro de 2024	136.382	-	136.382

As principais informações das investidas estão detalhadas a seguir:

	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Resultado do exercício	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investida								
SPE Nascenti	99,42%	99,42%	(301.067)	262.421	1.958.833	1.958.833	(563.488)	(212.501)
SPE Confrapar	97,99%	97,99%	76.255	(1.696)	139.565	139.565	75.826	(168.072)
Via 6	-	10,45%	-	(168.823)	-	753.045	-	(113.249)

10. Imobilizado

O imobilizado da Companhia e suas controladas é destinado ao uso administrativo e mensurado pelo custo de aquisição, estando apresentado a valores recuperáveis. Este ativo é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e suas controladas.

A movimentação do imobilizado para os saldos na Controladora e no Consolidado em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	Taxa de depreciação					
	a.a.	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Custo		215.720	-	215.720	4.655	220.375
Móveis e utensílios		95.480	-	95.480	-	95.480
Equipamentos de informática		115.853	-	115.853	4.655	120.508
Benfeitorias em imóveis de terceiros		4.387	-	4.387	-	4.387
Depreciação		(148.783)	(17.761)	(166.544)	(15.452)	(181.996)
Móveis e utensílios	10%	(55.907)	(9.460)	(65.367)	(9.474)	(74.841)
Equipamentos de informática	20%	(91.918)	(8.125)	(100.043)	(5.802)	(105.845)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(958)	(176)	(1.134)	(176)	(1.310)
Imobilizado líquido		66.937	(17.761)	49.176	(10.797)	38.379

Consolidado	Taxa de depreciação						
	a.a.	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Custo		328.044	-	(61.941)	266.103	4.655	270.758
Móveis e utensílios		119.149	-	-	119.149	-	119.149
Equipamentos de informática		204.508	-	(61.941)	142.567	4.655	147.222
Benfeitorias em imóveis de terceiros		4.387	-	-	4.387	-	4.387
Depreciação		(261.107)	(17.761)	61.941	(216.927)	(15.452)	(232.379)
Móveis e utensílios	10%	(87.268)	(9.460)	7.692	(89.036)	(9.474)	(98.510)
Equipamentos de informática	20%	(172.881)	(8.125)	54.249	(126.757)	(5.802)	(132.559)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(958)	(176)	-	(1.134)	(176)	(1.310)
Imobilizado líquido		66.937	(17.761)	-	49.176	(10.797)	38.379

11. Empréstimos

Todos os empréstimos obtidos pela Companhia e suas controladas foram realizados para suportar o capital de giro e/ou com o objetivo de quitação de linhas anteriormente contratadas com as mesmas finalidades, as quais tinham custo efetivo total maior, resultando numa redução do custo da dívida.

Todos contam com aval dos diretores e cônjuges, conforme aplicável. Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas restritivas (“Covenants”).

Descrição dos empréstimos da controladora:

a) Banco Sicoob

Em 27 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 200.000 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,79% a.m. e índice de correção pelo CDI, com carência até janeiro de 2023 para início do pagamento. Empréstimo quitado em dezembro de 2024.

b) Banco Bradesco

Em 09 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 430.000 para ser quitado em 45 parcelas e juros mensais de 1,44% a.m. Empréstimo quitado em novembro de 2024.

Descrição dos empréstimos do consolidado:

c) Banco Sicoob

Em 30 de abril de 2021, a SPE Confrapar adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31 de dezembro de 2024, foram pagas 42 parcelas, restando 06 parcelas a serem quitadas em 2025.

d) Banco Bradesco

Em 26 de janeiro de 2021, a SPE Confrapar adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 410.604 para ser quitado em 45 parcelas, com juros mensais de 1,0755000% a.m. Empréstimo quitado em novembro de 2024.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	-	212.187	41.583	397.539
Não circulante	-	44.788	-	105.500
Total	-	256.975	41.583	503.039

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2022	626.394
Amortização de principal	(465.624)
Amortização de juros	(3.344)
Juros	99.549
Saldo de 31 de dezembro de 2023	256.975
Amortização de principal	(187.676)
Amortização de juros	(97.513)
Juros	28.214
Saldo de 31 de dezembro de 2024	-

Consolidado	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2022	1.086.288
Amortização de principal	(646.367)
Amortização de juros	(62.822)
Juros	125.940
Saldo de 31 de dezembro de 2023	503.039
Amortização de principal	(391.818)
Amortização de juros	(126.784)
Juros	57.146
Saldo de 31 de dezembro de 2024	41.583

As parcelas de longo prazo dos empréstimos até 31 de dezembro de 2024 e 2023 possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	44.788	-	105.500
Total	-	44.788	-	105.500

12. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bônus a pagar	14.830	103.254	14.830	103.254
Salários a pagar	29.961	20.687	29.961	20.687
Provisão de férias	54.749	15.049	54.749	15.049
INSS a recolher	12.408	6.700	13.721	7.518
FGTS a recolher	2.547	1.634	2.547	1.634
Pró-labore a pagar	2.839	2.676	6.609	5.026
Outras obrigações trabalhistas	10.662	3.214	10.662	3.214
Total	127.996	153.214	133.079	156.382

13. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recolher				
ISS a recolher	35	-	35	-
IRPJ e CSLL	-	133.767	3.919	133.767
COFINS a recolher	683	231	4.682	249
PIS a recolher	109	38	976	38
IRRF a recolher	218	1.076	218	1.076
Outros tributos a recolher	692	1.409	18.811	10.644
Total dos tributos a recolher	1.737	136.521	28.641	145.774
Parcelamentos tributários				
ISS (a)	-	2.745	42.342	48.667
ISS Rio (b)	147.661	147.015	173.264	175.620
COFINS (c)	-	13.639	-	13.639
PIS (l)	-	-	-	13.750
IRPJ RF (j)	-	-	7.395	43.146
PGFN DA (d)	39.420	60.343	115.910	187.048
CSLL (k)	-	-	-	12.803
PERT previdenciário (i)	-	-	88.433	80.197
INSS consolidado (e)	10.584	17.646	10.584	17.646
PGFN jul/20 (f)	175.909	175.208	175.909	175.208
PGFN fev/20 (g)	4.415	38.448	4.415	38.448
PGFN nov/20 (h)	8.799	15.091	8.799	15.091
Total dos parcelamentos tributários	386.788	470.135	627.051	821.263
Total - tributos a recolher e parcelamentos tributários	388.525	606.656	655.692	967.037
Circulante	160.036	322.982	276.392	504.151
Não circulante	228.489	283.674	379.300	462.886

(a) Neste saldo existem 3 parcelamentos de ISS:

i) Parcelamento de ISS SP realizado ne 07/2021, dividido em 36 parcelas. Parcelamento quitado em junho de 2024;

ii) Parcelamento ISSQN BH realizado em 27 de fevereiro de 2014 junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 60 parcelas, das quais foram pagas 37/60 parcelas até que teve prazo perdido e foi automaticamente cancelado. Posteriormente, este parcelamento foi substituído por um novo parcelamento realizado em 1º de agosto de 2017, com divisão do saldo devedor em 130 parcelas. Destas, foram pagas 87 parcelas, restando 43 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

iii) Parcelamento ISS SP realizado em 30 de agosto de 2021 em 48 parcelas, das quais foram pagas 40 parcelas, restando 08 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024.

(b) Neste saldo existem 04 parcelamentos de ISS Rio:

i) Parcelamento ISS RJ em 24 de novembro de 2021, dividido em 84 parcelas, tendo sido quitadas 37 parcelas e restando 47 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

ii) Parcelamento Nota Carioca RJ 043530152021 em 23 de fevereiro de 2022, dividido em 84 Parcelas, tendo sido quitadas 34 parcelas e restando 50 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

iii) Parcelamento Nota Carioca RJ 043530162021 em 23 de fevereiro de 2022, dividido em 84 Parcelas, tendo sido quitadas 34 parcelas e restando 50 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

iv) Parcelamento ISS RJ em 20 de agosto de 2021, dividido em 78 parcelas, tendo sido quitadas 40 parcelas e restando 38 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024.

(c) Parcelamento Cofins em 08 de maio de 2019, dividido em 60 parcelas, parcelamento quitado em abril de 2024;

(d) Neste saldo existem 04 parcelamentos da PGFN:

i) Parcelamento PGFN em 19 de dezembro de 2019, dividido em 60 parcelas, parcelamento quitado em novembro de 2024;

ii) Parcelamento PGFN em 14 de junho de 2021, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 43 parcelas e restando 17 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

iii) Parcelamento PGFN em 19 de dezembro de 2019, dividido em 60 parcelas, parcelamento quitado em novembro de 2024;

iv) Parcelamento PGFN em 24 de maio de 2021, dividido em 84 parcelas, tendo sido quitadas 46 parcelas e restando 38 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024.

(e) Parcelamento INSS em 16 de novembro de 2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitada 50 parcelas e restando 10 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

(f) Parcelamento PGFN em 30 de julho de 2020, dividido em 84 parcelas, tendo sido quitadas 54 parcelas e restando 30 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

(g) Parcelamento PGFN em 17 de fevereiro de 2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 59 parcelas e restando 1 parcela em aberto em 31 de dezembro de 2024;

(h) Parcelamento PGFN em 19 de novembro de 2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 50 parcelas e restando 10 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

(i) Parcelamento PERT em 31 de outubro de 2017, dividido em 120 parcelas, tendo sido quitadas 89 parcelas e restando 31 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024;

(j) Neste saldo existem 2 parcelamentos IRPJ RF:

- Parcelamento IRPJ RF em 20 de dezembro de 2019, dividido em 60 parcelas, quitado em novembro de 2024;
- Parcelamento IRPJ RF em 28 de setembro de 2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 52 parcelas e restando 8 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2024.

(k) Parcelamento CSLL RF em 20 de dezembro de 2019, dividido em 60 parcelas, quitado em novembro de 2024;

(l) Parcelamento PGFN em 19 de dezembro de 2019, dividido em 60 parcelas, quitado em novembro de 2024.

O aging list dos parcelamentos tributários por ano de vencimento está demonstrado a seguir:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	16.384	923	198.947
2025	159.162	17.646	247.690	38.293
2026	119.134	59.942	196.677	59.942
2027	72.359	376.163	135.639	524.081
2028 em diante	36.133	-	46.122	-
Total	386.788	470.135	627.051	821.263

14. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures a pagar (a)	-	4.486.944	-	4.486.944
Investimento SCP (b)	3.435.225	2.000.000	3.435.225	2.000.000
Total	3.435.225	6.486.944	3.435.225	6.486.944

(a) Debentures a pagar:

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de novembro de 2021, foi aprovada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em participação societária, da espécie quirografária e para colocação privada, com as seguintes características principais:

- Valor total da emissão: até R\$ 3.600.000;
- Quantidade e valor nominal: até 5.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 720;
- Série única;
- Colocação privada, sem intermediação de instituições financeiras;
- Respeito ao direito de preferência dos acionistas, inclusive quanto às sobras;
- Conversibilidade: as debêntures poderiam ser convertidas, a critério dos debenturistas e a qualquer tempo, em ações ordinárias da Companhia, ao preço de R\$ 45 por ação no primeiro ano da emissão (com desconto de aproximadamente 25% em relação ao último preço de emissão) e R\$ 48 por ação a partir do segundo ano (com desconto de aproximadamente 20%);
- Remuneração: juros remuneratórios de 15% ao ano, calculados pro rata die desde a data de integralização até a data do resgate, amortização ou vencimento;
- Vencimento: 48 meses contados da data da emissão.

Adicionalmente, em Assembleia realizada em 5 de setembro de 2022, foi aprovada a extensão da emissão original com a emissão de 3.473 debêntures adicionais, mantidas as mesmas condições, elevando o valor total emitido para R\$ 6.100.560.

Em 30 de agosto de 2024, foi realizado o resgate antecipado de debêntures no montante de R\$ 2.317.491, incluindo os respectivos juros remuneratórios. Na mesma data, foi aprovada a conversão de R\$ 2.257.920 em ações ordinárias da Companhia, ao valor de R\$ 48 por ação. Em decorrência dessa conversão, foi pago o montante de R\$ 558.365 a título de remuneração sobre as debêntures convertidas.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía debêntures a pagar, a converter ou a resgatar.

(b) Em 03 de março de 2023, a Companhia celebrou um contrato de constituição de Sociedade em Conta de Participação (SCP) com o sócio participante. A SCP foi denominada “CONFRAPAR SCP – XMOBOTS” e tem como objetivo a distribuição, entre Companhia e o sócio participante, do resultado do investimento na participação do Fundo Blackbird na Xmobots Holding S.A. Conforme o contrato da SCP, o sócio participante comprometeu-se a aportar a quantia de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) na SCP. Esse valor foi integralizado e transferido para a conta bancária da Confrapar, que atua como sócia ostensiva da SCP. Em troca, se houver resultado, o sócio participante terá direito a 100% dos resultados auferidos pela SCP até que receba o valor equivalente ao aporte corrigido por 20% ao ano.

Após a distribuição do retorno do aporte, os resultados remanescentes serão rateados na proporção de 80% para o sócio participante e 20% para a sócia ostensiva a título de taxa de performance. A Companhia, na qualidade de cotista do Fundo Blackbird, continuará gerindo sua participação na Xmobots com o objetivo de maximizar os resultados do fundo.

Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou um contrato de constituição de SCP com o sócio participante. A SCP foi denominada “CONFRAPAR SCP – UCB” e tem como objetivo a distribuição, entre a Companhia (sócia ostensiva) e o sócio participante, dos resultados decorrentes do investimento indireto na participação do Fundo Bolt na UCB S.A.

Nos termos do contrato, o sócio participante comprometeu-se a aportar o montante de US\$ 313.014,61 (trezentos e treze mil e quatorze dólares americanos e sessenta e um centavos), correspondente a R\$ 1.435.224,57 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos). Esse valor foi integralizado e transferido para a conta bancária da Companhia, que atua como sócia ostensiva, nos meses de fevereiro e março de 2024.

A distribuição dos resultados futuros da SCP seguirá os critérios no contrato celebrado entre as partes. A Companhia, na qualidade de cotista do Fundo Bolt, permanece responsável por gerir sua participação na UCB, buscando maximizar os resultados do fundo.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social subscrito e a integralizar

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$ 22.994.176 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e seis reais) (R\$ 16.736.256 em 2023), sendo R\$ 4.164 (quatro mil, cento e sessenta e quatro reais) a integralizar e o restante já integralizado. O capital social está representado por 977.364 (novecentas e setenta e sete mil, trezentas e sessenta e quatro) ações (690.141 em 2023), sendo 731.934 (setecentas e trinta e uma mil, novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 245.430 (duzentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e trinta) ações preferenciais.

O aumento do capital se deu em virtude da celebração da parceria estratégica junto a REAG Investimentos, que adquiriu 25% do capital social da Companhia, mediante emissão de ações preferenciais.

b) Pagamento baseado em ações (stock options)

A contabilização das opções de compra de ações no patrimônio líquido levou em consideração os planos: Monte Verde, Riviera, São Paulo, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Em 2024, a Companhia não teve um novo plano de opção de subscrição de ações.

As opções distribuídas pela Companhia possuem modalidades com variação no período do vesting, sendo existentes opções 100% (cem por cento) vestidas no mesmo ano de término do plano e opções com vesting fracionado, sendo 25% (vinte e cinco por cento) ao término do plano, 25% (vinte e cinco por cento) após um ano do término, 25% (vinte e cinco por cento) após dois anos do término e 25% (vinte e cinco por cento) após três anos do término.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo das opções foi calculado pelo método Black-Scholes com base: **(i)** na taxa Selic, **(ii)** na volatilidade do preço da ação, que não é constante (para o cálculo da volatilidade foi considerado que, caso não haja nenhuma transação no dia da opção, o valor será igual ao da última transação), **(iii)** preço da ação (o preço da ação não é contínuo apresentando variações abruptas, como verifica-se nas poucas transações existentes e em função da pouca liquidez dessas ações), **(iv)** tempo para expirar a opção, **(v)** o preço de exercício e **(vi)** a índice de diluição esperado ao exercer as opções.

Os planos de subscrição de ações da Companhia permitiram que seus acionistas que contribuíram ativamente na Companhia recebessem, em contrapartida, instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações) da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. A Companhia reconheceu os custos de subscrição pelo método linear durante o período requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o colaborador adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, na rubrica “Pagamento Baseado em Ações”, incluída no “Instrumentos Patrimoniais Outorgados”.

Os custos de remuneração foram alocados à rubrica “Despesas com Stock Options” na demonstração do resultado do exercício.

A tabela a seguir resume as informações das opções de subscrição de ações:

Período							
Plano de Stock Options	De	Até	Preço de Exercício	i		ii	
				Quanti.	P.M.P.E.	Quanti.	P.M.P.E.
Ouro Preto	01/11/2007	30/04/2008	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Monte Verde	01/05/2008	30/04/2009	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Riviera	01/05/2009	30/04/2010	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
São Paulo	01/05/2010	31/12/2010	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75
2011	01/01/2011	31/12/2011	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2012	01/01/2012	31/12/2012	R\$ 20,10	33.448	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2013	01/01/2013	31/12/2013	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2014	01/01/2014	31/12/2014	R\$ 20,10	3.512	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2015	01/01/2015	31/12/2015	R\$ 20,10	5.578	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2016	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 27,02	5.018	R\$ 27,02	0	R\$ 27,02
2017	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 29,93	4.330	R\$ 29,93	0	R\$ 29,93
TOTAL				51.886		0	

Plano de Stock Options	iii		iv		v		
	Quanti.	P.M.P.E.	Quanti.	P.M.P.E.	iv - a	Quanti.	P.M.P.E.
Ouro Preto	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Monte Verde	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Riviera	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
São Paulo	0	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75
2011	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2012	0	R\$ 20,10	7.751	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2013	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2014	2.248	R\$ 20,10	1.264	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2015	0	R\$ 20,10	2.881	R\$ 20,10	R\$ 20,10	223	R\$ 20,10
2016	0	R\$ 27,02	742	R\$ 27,02	R\$ 27,02	0	R\$ 27,02
2017	0	R\$ 29,93	0	R\$ 29,93	R\$ 29,93		R\$ 29,93
TOTAL	2.248	R\$ 20,10	12.638			223	

Plano de Stock Options	vi		vi - a			vii	
	Quanti.	P.M.P.E.	vi - a	vi - b	vi - c	Quanti.	P.M.P.E.
Ouro Preto	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
Monte Verde	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
Riviera	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
São Paulo	0	R\$ 16,75	R\$ 16,75	R\$ 16,75	0,00	0	R\$ 16,75
2011	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2012	25.697	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,50	25.697	R\$ 20,10
2013	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2014	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2015	2.474	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	2.474	R\$ 20,10
2016	4.276	R\$ 27,02	R\$ 27,02	R\$ 27,02	1,00	4.276	R\$ 27,02
2017	4.330	R\$ 29,93	R\$ 29,93	R\$ 29,93	2,00	4.330	R\$ 29,93
TOTAL	36.777				0,70	36.777	

c) Ações em tesouraria

O Grupo não possui ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 162.010 em 2023), uma vez que as ações em tesouraria foram canceladas em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2024.

d) Reserva legal e distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis. A reserva legal não foi constituída uma vez que absorveu os prejuízos acumulados.

As ações preferenciais farão jus a dividendos iguais aos dividendos atribuíveis às ações ordinárias, excluídos os Recebíveis Líquidos. Ressalvado a regra acima referente aos Recebíveis Líquidos, para todos os fins, as ações preferenciais participarão integralmente dos resultados distribuídos da Companhia e farão jus aos dividendos e juros sobre capital próprio, declarados a partir da data de sua emissão, ainda que relativos a resultados do exercício em curso e/ou de exercícios anteriores.

e) Ajustes reflexos em controladas

Refere-se a mutações do patrimônio líquido das investidas que não transitaram ou só transitarão futuramente pelo resultado dessas investidas.

f) Reserva de capital

Refere-se a celebração da parceria estratégia junto a REAG Investimentos, que adquiriu 25% do capital social da Companhia, mediante emissão de ações preferenciais.

16. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços prestados (a)	57.371	932.801	433.190	932.801
Impostos sobre serviços:				
ISSQN	(2.869)	(46.640)	(21.672)	(46.640)
PIS	(947)	(18.580)	(7.148)	(18.661)
COFINS	(4.360)	(86.769)	(32.922)	(87.192)
Receita operacional líquida	49.195	780.812	371.448	780.308

(a) A queda na receita operacional decorre, principalmente, do fato de que os fundos sob gestão se encontram em período de desinvestimento, o que reduz naturalmente as taxas de administração recebidas. A gestora está em processo de captação de um novo fundo, que deverá restabelecer as fontes de receita da Companhia nos próximos períodos.

17. Custos dos serviços prestados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	(866.699)	(317.836)	(866.699)	(317.836)
Pró-labore	(33.887)	(31.543)	(73.423)	(70.896)
Vale refeição	(332.322)	(294.119)	(332.322)	(294.119)
Assistência médica	(244.037)	(199.441)	(244.037)	(199.441)
INSS	(113.643)	(93.123)	(121.550)	(100.996)
FGTS	(40.969)	(19.764)	(40.969)	(19.764)
Férias e 13º salário	(77.756)	(55.127)	(77.756)	(55.127)
Transporte	(12.788)	(12.834)	(12.788)	(12.834)
Outros custos	-	(21.920)	-	(21.920)
Total	(1.722.101)	(1.045.707)	(1.769.544)	(1.092.933)

18. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com consultoria	(732.386)	(160.627)	(732.386)	(160.627)
Despesas de viagens	(488.164)	(277.746)	(488.164)	(277.746)
Aluguel e condomínio	(114.513)	(227.402)	(114.513)	(227.402)
Perdas diversas	(17.314)	(1.064)	(17.415)	(21.624)
Seguros	(50.526)	(37.650)	(58.787)	(40.404)
Serviços contábeis	(54.022)	(47.778)	(54.022)	(47.778)
Telefone e internet	(67.471)	(98.394)	(68.499)	(99.820)
Taxa de expediente	(5.206)	(29.595)	(26.764)	(50.278)
Honorários advocatícios	(209.649)	-	(209.649)	-
Depreciação e amortização	(15.452)	(17.761)	(15.452)	(17.761)
Materiais de escritório	(54.042)	(46.529)	(54.042)	(46.529)
Honorários de auditoria	(58.936)	(21.691)	(63.936)	(21.691)
Taxas associativas	(61.606)	(94.418)	(61.606)	(94.418)
Outros serviços prestados	(69.308)	(302.113)	(69.758)	(309.348)
Software	(123.136)	(22.912)	(123.136)	(22.912)
Energia elétrica	(4.604)	(8.046)	(4.604)	(8.046)
Lanches e refeições	-	(93.142)	-	(93.142)
Serviços de marketing	-	(29.053)	-	(29.053)
Outras despesas gerais e administrativas	(351.981)	(57.811)	(351.981)	(57.810)
Total	(2.478.316)	(1.573.732)	(2.514.714)	(1.626.389)

19. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganho de capital (a)	1.154.256	2.107.249	1.154.256	2.107.249
Recuperação de despesas	131.724	143.440	139.050	143.440
Receita de dividendos Sicoob	39.148	-	41.363	2.967
Outras receitas operacionais	-	-	11.844	255.780
Despesas FIP	-	-	(44.000)	-
Perdas não operacionais	-	-	(313.727)	(8.612)
Total	1.325.128	2.250.689	988.786	2.500.824

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu ganhos de capital decorrentes de operações realizadas no mercado secundário, especificamente referentes à cessão de cotas subscritas e a integralizar da Confrapar emitidas pelo Fundo GP. Estas cotas não foram objeto de chamadas de capital, não estando pendentes de integralização. O ganho de capital registrado reflete a diferença positiva entre o valor de cessão das cotas e o custo de aquisição original dessas cotas pelos investidores cedentes.

O reconhecimento desse ganho de capital está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O tratamento contábil visa refletir de forma adequada os efeitos econômicos das transações no resultado do exercício, atendendo aos princípios da competência e da essência sobre a forma.

20. Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos				
Fundo Aerotec	478.384	1.286.538	478.384	1.286.538
Fundo Avanti	103.223	218.311	103.223	218.311
Fundo Confrapar GP	2.150.210	4.096.983	2.150.210	4.096.983
Fundo Spectra BLACKBIRD	2.205.831	-	2.205.831	-
Fundo Spectra BOLT	2.819.615	-	2.819.615	-
Perdas				
Fundo Aerotec	-	(273.290)	-	(273.290)
Fundo Confrapar	-	(63.009)	-	(63.009)
Ajustes ao valor justo				
Fundo Aerotec	(454.061)	(728.193)	(454.061)	(728.193)
Fundo Avanti	(439.236)	(82.289)	(439.236)	(82.289)
Fundo Confrapar GP	(1.121.212)	(3.342.311)	(1.121.212)	(3.342.311)
Fundo Spectra BLACKBIRD	(216.428)	-	(216.428)	-
Fundo Spectra BOLT	(122.468)	-	(122.468)	-
Fundo Nascenti	-	-	(298.818)	(426.867)
Total	5.403.858	1.112.740	5.105.040	685.873

Os saldos referem-se à variação mensal da cota dos FIPs que as empresas possuem participação. Conforme legislação vigente, a tributação aplicável nesta hipótese é “Regime de tributação especial”, nos termos da Lei 11.312/06 e IN 1.585/2015. Os ganhos auferidos com as variações do valor das carteiras dos FIPs estão isentos de tributação pelo imposto de renda. Como regra, para pessoas jurídicas e pessoas físicas brasileiras, apenas os rendimentos auferidos no resgate, alienação e amortização de cotas de FIP ficam sujeitos ao Imposto sobre a Renda na Fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o custo de aquisição das cotas e o valor de resgate, alienação e amortização. Os “Ajustes de Valores quotas /títulos imobiliários” são ganhos ou perdas com as variações de valor das carteiras, sobre as quais não incidem impostos.

21. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	150.196	277.987	156.332	285.325
Variação cambial ativa	-	105	-	105
Descontos obtidos	19.771	-	19.771	-
Outras receitas financeiras	268	-	268	-
Total	170.235	278.092	176.371	285.430
Despesas financeiras				
Juros de tributos em atraso	(144.530)	(118.826)	(261.996)	(185.328)
Juros de empréstimos	(28.214)	(99.549)	(57.146)	(125.940)
Juros de debêntures	(494.651)	(435.737)	(494.651)	(435.737)
Juros e multas	(641.498)	(190.006)	(641.498)	(190.006)
Tarifas bancárias	(11.050)	(8.280)	(15.687)	(12.106)
Variação cambial passiva	(7.090)	(5.763)	(7.090)	(5.763)
Total	(1.327.033)	(858.161)	(1.478.068)	(954.880)
Resultado financeiro líquido	(1.156.798)	(580.069)	(1.301.697)	(669.450)

22. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro tributável		
Receitas	9.376.127	8.633.333
Despesas	(8.544.138)	(7.193.200)
Adições		
Perdas com investimentos	560.220	4.152.793
Despesas dedutíveis	21.035	592.744
Perdas com títulos e valores mobiliários	2.353.405	-
Bônus	424.190	-
Exclusões		
Ganho com investimentos	(74.302)	375.596
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(7.757.264)	(5.601.832)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(3.640.727)	959.434
IRPJ e CSLL	-	(337.125)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro tributável		
Receitas	9.725.902	8.891.576
Despesas	(9.381.576)	(7.816.669)
Adições		
Perdas com investimentos	298.818	4.579.660
Despesas dedutíveis	21.035	901.722
Perdas com títulos e valores mobiliários	2.353.405	-
Bônus	424.190	-
Exclusões		
Ganho com investimentos	-	-
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(7.757.264)	(5.601.832)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(4.315.490)	954.457
IRPJ e CSLL	(31.099)	(337.125)

23. Provisão para riscos e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas não possuem ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

A movimentação dos saldos de depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

Consolidado	
Saldo de 31 de dezembro de 2021	19.352
Depósito (reversão)	(19.352)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	-
Depósito (reversão)	-
Saldo de 31 de dezembro de 2024	-

Refere-se a bloqueio judicial (BacenJud) instruído pela Comissão de Valores Mobiliários ("Exequente") referente ao atraso de envio de declarações requeridas ao referido órgão regulador dos anos de 2012 e 2013, o que consequentemente gerou multa por atraso. Foram realizados os bloqueios, suprimindo todo o valor da causa, não tendo sido nada mais pedido ou requerido pela Exequente e o processo está suspenso.

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	421.730	1.280.605	449.683	1.465.474
Títulos e valores mobiliários	19.354.126	13.739.880	19.367.683	14.154.825
Partes relacionadas	4.720.246	2.059.954	4.619.167	2.290.195
Total	24.496.102	17.080.439	24.436.533	17.910.494
Passivos financeiros - custo amortizado				
Fornecedores	68.290	5.202	68.290	5.202
Empréstimos	-	256.975	41.583	503.039
Total	68.290	262.177	109.873	508.241

b) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos e da possibilidade de recebimento na liquidação de vendas.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Companhia e suas controladas apresentarem capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações da Companhia e de suas controladas.

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e de suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

e) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos (Nota Explicativa nº 11)	-	256.975
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	421.730	1.280.605
A - Dívida líquida	421.730	1.023.630
Total do patrimônio líquido	20.538.486	10.173.235
B - Capital e dívida líquida	20.960.216	11.196.865
A/B - Quociente de alavancagem (%)	2,01	9,14

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos (Nota Explicativa nº 11)	41.583	503.039
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	449.683	1.465.474
A - Dívida líquida	408.100	962.435
Total do patrimônio líquido	20.538.486	10.173.235
B - Capital e dívida líquida	20.946.586	11.135.670
A/B - Quociente de alavancagem (%)	1,95	8,64

f) Estimativa do valor justo

A Companhia e suas controladas adotam a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos; e

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme Nível 2:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Títulos e valores mobiliários	19.354.126	19.354.126	13.739.880	13.739.880
Passivos financeiros				
Empréstimos	-	-	256.975	256.975

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

25. Transações não caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Integralização de capital	52.976	-	52.976	-
Fornecedores	(52.976)	-	(52.976)	-

26. Eventos subsequentes

A administração da Companhia e suas controladas avaliam anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O relatório de auditoria do Nascenti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação ("Fundo"), referente ao exercício de 2024, foi emitido em 29 de maio de 2025 com abstenção de opinião. Tal cenário ocorreu devido à não conclusão dos trabalhos de auditoria na investida OG Intcom Soluções em TI S.A. ("Intcom"), que representava 34% da carteira de investimentos do Fundo (em 31 de dezembro de 2024 o valor contábil era de R\$ 1.175 mil). À época, não foi possível concluir sobre a necessidade de ajustes nos ativos ou sobre a premissa de continuidade operacional da referida investida.

Em relação ao investimento na Intcom destacam-se os seguintes desdobramentos:

- Agosto de 2025: Laudo de avaliação elaborado por terceiro independente determinou que o equity value da investida era negativo, refletindo a ausência de liquidez e o elevado endividamento;
- 10 de outubro de 2025: O Comitê de Investimentos do Fundo aprovou a baixa contábil integral (write-off) da participação na Intcom. A decisão foi fundamentada na deterioração irreversível dos fundamentos da Companhia, incluindo falhas críticas de governança, ausência de auditorias independentes e pipeline comercial sem conversão; e
- Efeito contábil: O impacto foi o reconhecimento de uma perda definitiva no valor de R\$ 1.175 mil, reduzindo o Patrimônio Líquido do Fundo no exercício de 2025.

Em 05 de dezembro de 2025, foi aprovada em instância deliberativa a proposta para venda da totalidade das ações, de titularidade do Fundo, de emissão da Easy Food Pagamentos S.A., inscrita no CNPJ sob o no. 13.458.756/0001-20 ("Nutrebem"). Esta operação fez parte da estratégia de desinvestimento total da carteira para viabilizar o encerramento do Fundo.

Com o recebimento dos recursos referentes à realização dos ativos, o Fundo Nascenti reembolsou a SPE Nascenti no valor total de R\$ 453.919.

Em março de 2026, o Fundo iniciou formalmente o seu processo de liquidação e encerramento. Tendo em vista a realização dos ativos (venda da Nutrebem) e o reconhecimento das perdas, a administração procedeu com:

- A liquidação do passivo exigível e resgate final das cotas;
- Amortização final: a Companhia recebeu o montante de R\$ 4 mil a título de amortização final de caixa;
- Baixa do investimento: ocorreu o resgate total das cotas remanescentes, resultando na baixa contábil definitiva (zeramento) da posição da Companhia no Fundo Nascenti;
- Efeito no resultado: a diferença entre o valor contábil e o valor recuperado será reconhecida como perda definitiva no exercício de 2026, encerrando qualquer exposição da SPE ao referido Fundo;
- A elaboração das demonstrações contábeis de encerramento, não mais sob a premissa de continuidade operacional, mas sim sob a base contábil de liquidação; e
- A baixa do registro de funcionamento perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em decorrência desses eventos, o valor da participação da Companhia no Fundo foi reduzido para R\$ 13.557 em 31 de dezembro de 2025.

* * *

Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

Rodrigo Vilela de Freitas

CRC: 082650/0-4

CPF: 032.157.266-10

Contador